



INFORMATIVO VIRTUAL

Boletim

REPAM-Brasil





REPAM IMPACTA MAIS DE 2 MIL PESSOAS NA AMAZÔNIA E FORTALECE INCIDÊNCIA CLIMÁTICA EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

Protagonismo feminino e sustentabilidade: sementes que geram transformação

A REPAM-Brasil alcançou diretamente 2.093 pessoas em 2025 por meio de iniciativas territoriais voltadas à justiça socioambiental, ao fortalecimento comunitário e à incidência política na Amazônia. Os dados integram a sistematização de resultados da Rede, construída com base na metodologia de Colheita de Resultados, que identifica mudanças concretas na vida das comunidades acompanhadas.

A atuação ocorreu em seis estados da Amazônia brasileira — Pará, Maranhão, Tocantins, Acre, Roraima e Amazonas — com presença em mais de 15 territórios, incluindo comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas e rurais.

Entre os principais destaques está o fortalecimento do protagonismo feminino em iniciativas produtivas, ambientais e políticas. Em Gurupá e Afuá (PA), por exemplo, 54 mulheres ribeirinhas participaram do cultivo de moringa, com a criação de canteiros comunitários e a distribuição de 500 mudas, ampliando o acesso a práticas sustentáveis de cuidado com a água e à segurança alimentar.

No Maranhão, ações de formação e geração de renda envolveram 30 mulheres capacitadas em produção artesanal e mobilizaram 400 famílias agricultoras. Entre os resultados observados estão o fortalecimento da organização



territorial, a ampliação do acesso a políticas públicas e o incentivo a práticas agroecológicas.

O fortalecimento das mulheres amazônicas é uma das frentes mais expressivas da atuação da REPAM-Brasil. Ao investir em processos formativos, iniciativas



produtivas e espaços de participação, a Rede contribui para ampliar a autonomia das mulheres, valorizar seus saberes e consolidar seu papel na defesa dos territórios e na construção de alternativas sustentáveis para a Amazônia.





TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS: INFRAESTRUTURA, ENERGIA E EXTRATIVISMO

A REPAM deu visibilidade a um conjunto de iniciativas que evidenciam a intensificação de um processo de reconfiguração territorial da Amazônia. Projetos como a Ferrogrão, a concessão de hidrovias, a dragagem de rios estratégicos e a exploração de petróleo na foz do Amazonas não se apresentam como ações isoladas, mas como partes de uma mesma lógica: a consolidação de corredores logísticos e energéticos voltados à exportação de commodities.

A insistência na implementação desses projetos, mesmo diante de alertas técnicos, denúncias e resistências territoriais, revela a permanência de um modelo de desenvolvimento que trata a Amazônia como um espaço a ser integrado ao mercado global — frequentemente à custa da desestruturação de modos de vida locais.

Os conteúdos sobre a Ferrogrão evidenciam essa lógica ao apontar tentativas de avanço do projeto sem a devida consideração sobre a presença de povos e comunidades nos territórios impactados. A crítica de lideranças indígenas, ao afirmar que o Estado “finge que a Amazônia está vazia”, sintetiza de forma contundente essa visão.

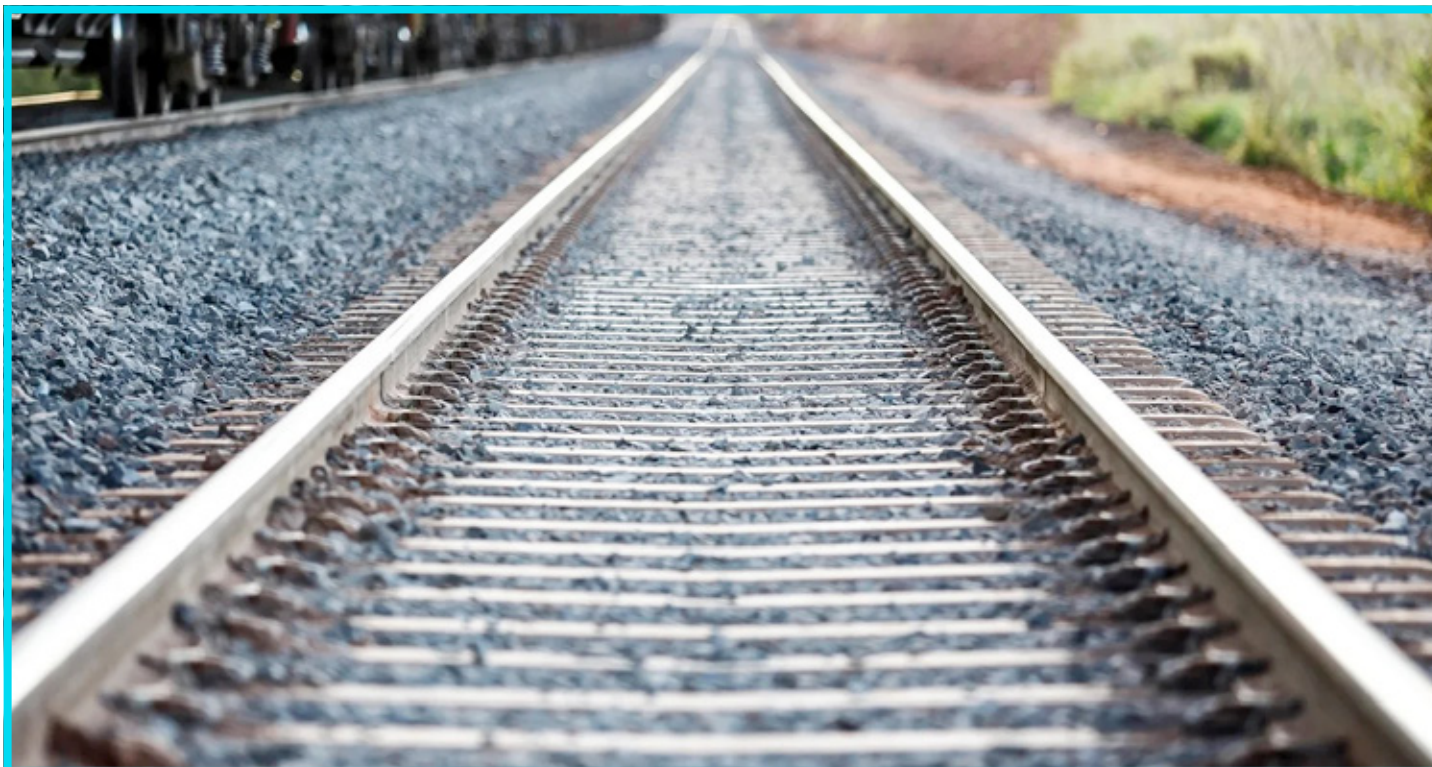
No caso das hidrovias e da dragagem do rio Tapajós, a análise aprofunda-se ao destacar os impactos diretos sobre os rios — que não são apenas vias de transporte, mas estruturas fundamentais para a vida, a cultura e a economia das populações amazônicas.



CRISE AMBIENTAL: INTENSIFICAÇÃO DA DEGRADAÇÃO, CONFLITOS TERRITORIAIS E DISPUTA DE MODELOS

Os conteúdos analisados ao longo do primeiro trimestre de 2026 evidenciam o agravamento da crise ambiental na Amazônia — não apenas como fenômeno ecológico, mas como expressão direta de um modelo de desenvolvimento que segue priorizando a exploração intensiva dos territórios.

A liberação recorde de agrotóxicos em 2025 aparece como um dado emblemático desse processo, indicando o fortalecimento de práticas produtivas altamente impactantes e a expansão de um modelo agroexportador que avança sobre novas áreas da região. Esse cenário se articula com outros elementos críticos, como o avanço das queimadas — descritas como “fronteiras do fogo” — e a crescente pressão sobre os recursos naturais, especialmente os rios.



FERROGRÃO: INFRAESTRUTURA A SERVIÇO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

A Ferrogrão emerge, ao longo do trimestre, como um dos principais símbolos da disputa em torno do modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Apresentada como um projeto estratégico de infraestrutura logística, a ferrovia está diretamente vinculada ao escoamento da produção de grãos, especialmente soja, conectando o Centro-Oeste aos portos do Norte. No entanto, os conteúdos analisados indicam que seus impactos extrapolam a dimensão econômica.

Sua implementação implica:

- Intensificação do desmatamento ao longo do traçado
- estímulo à expansão da fronteira agrícola sobre áreas sensíveis
- pressão sobre territórios indígenas e unidades de conservação
- aumento de conflitos fundiários e sociais

As análises também apontam para a tentativa de avanço do projeto sem a devida consideração sobre a presença de povos e comunidades nos territórios afetados. A narrativa de uma Amazônia “vazia”, mobilizada para justificar grandes obras, revela uma lógica histórica de invisibilização das populações locais.

Mesmo diante de questionamentos técnicos e jurídicos — incluindo decisões que indicam a necessidade de revisão e ampliação da participação social —, a Ferrogrão segue sendo defendida como prioridade estratégica, evidenciando o peso dos interesses econômicos envolvidos.



RIO TAPAJÓS: ÁGUA, VIDA E TERRITÓRIO EM DISPUTA

Os conteúdos relacionados ao rio Tapajós aprofundam a compreensão da crise ao evidenciar que os rios amazônicos estão no centro de uma disputa estrutural.

Projetos de dragagem, concessão de hidrovias e uso intensivo desses cursos d'água colocam em risco não apenas os ecossistemas, mas também os modos de vida das populações que dependem diretamente dos rios para transporte, alimentação, cultura e organização social.

A tentativa de viabilizar a navegação em larga escala no Tapajós, especialmente por meio do Decreto nº 12.600/2025, evidenciou problemas como:

- Ausência de consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas
- impactos na dinâmica natural dos rios
- riscos à biodiversidade aquática
- desestruturação de economias locais e modos de vida tradicionais

A mobilização de povos indígenas e comunidades da região destacou-se como um dos principais movimentos de resistência do período. Manifestações, denúncias públicas e articulações com organizações e redes resultaram na suspensão das iniciativas e na revogação do decreto.

Esse processo reforça que os rios não são apenas recursos naturais, mas territórios vivos, centrais para a existência dos povos amazônicos — e, portanto, não podem ser reduzidos a infraestrutura logística.



RIOS, FLORESTAS E CLIMA: A AMAZÔNIA COMO SISTEMA INTEGRADO EM RISCO

A análise integrada mostra que projetos como a Ferrogrão e as intervenções no Tapajós não são isolados, mas partes de um modelo que transforma a Amazônia em um corredor de exportação.

Esse modelo impacta diretamente:

- A integridade das florestas
- o equilíbrio dos sistemas hídricos
- os ciclos climáticos regionais e globais
- a vida das populações tradicionais

Ao mesmo tempo, esses processos entram em contradição com compromissos climáticos e com os debates sobre transição energética e sustentabilidade.

A participação em espaços como a Conferência Nacional do Meio Ambiente e a construção de propostas para uma transição energética justa indicam a busca por alternativas. No entanto, os conteúdos revelam uma crítica recorrente: muitas das soluções propostas ainda operam dentro da mesma lógica de exploração, sem promover mudanças estruturais.



DISPUTA DE PARADIGMAS: ENTRE EXPLORAÇÃO E ECOLOGIA INTEGRAL

O trimestre evidencia uma disputa clara entre dois paradigmas.

De um lado, um modelo que aprofunda a exploração dos territórios, amplia a infraestrutura voltada ao mercado global e intensifica a degradação ambiental.

De outro, uma perspectiva baseada na ecologia integral, que reconhece a interdependência entre natureza e sociedade, valoriza os modos de vida dos povos amazônicos e propõe alternativas fundamentadas na justiça socioambiental.

Os casos da Ferrogrão e do rio Tapajós sintetizam essa disputa ao demonstrar que as decisões sobre a Amazônia não são apenas técnicas ou econômicas, mas profundamente políticas.

Mais do que uma crise ambiental, está em jogo a definição de qual projeto de futuro será construído para a Amazônia — e, em última instância, para o próprio planeta.



VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NOS TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS

A análise dos conteúdos ao longo do primeiro trimestre de 2026 evidencia que a violência na Amazônia não pode ser compreendida como episódios isolados, mas como expressão de uma estrutura persistente marcada por desigualdade, fragilidade do Estado e intensificação das disputas territoriais.

Entre os fenômenos mais recorrentes e alarmantes estão o aumento dos feminicídios e o tráfico de crianças e adolescentes, ambos profundamente enraizados nas dinâmicas socioeconômicas e territoriais da região.

Violência contra mulheres: vulnerabilidade e resistência

Os conteúdos indicam que a violência contra mulheres na Amazônia assume características específicas, atravessadas pelo isolamento geográfico, pela precariedade dos serviços públicos e por contextos de conflito territorial.

O feminicídio, nesse cenário, não se restringe à esfera doméstica, mas se insere em territórios impactados por:

- Avanço de grandes empreendimentos
- presença de atividades ilegais (garimpo, grilagem, exploração de recursos)
- fragilidade das redes de proteção
- dificuldades de acesso à justiça

A criação de instrumentos como o relatório nacional bienal representa um avanço institucional, mas ainda insuficiente diante da gravidade da situação e dos desafios de implementação nos territórios amazônicos.



Ao mesmo tempo, os conteúdos destacam o protagonismo das mulheres como lideranças comunitárias e defensoras dos territórios. Esse papel, embora fundamental, também as expõe a maiores riscos em contextos de conflito.

Crianças e adolescentes: redes de exploração e invisibilidade

Outro elemento crítico é o aumento das denúncias de desaparecimento e tráfico de crianças e adolescentes.

Esses fenômenos estão associados a fatores estruturais como:

- Extensas áreas de fronteira com baixa presença estatal
- rotas fluviiais e terrestres utilizadas por redes ilegais
- pobreza e ausência de oportunidades
- fragilidade das políticas de proteção

O tráfico de pessoas se articula a redes complexas de exploração sexual e trabalho forçado, cuja atuação é dificultada pela dispersão territorial e pela ausência de sistemas integrados de monitoramento e resposta.

As mobilizações destacadas, como a campanha “Paz começa com a dignidade”, reforçam a urgência de ampliar a conscientização e fortalecer mecanismos de prevenção e proteção.

Violência e território: uma relação estrutural

Um dos principais elementos evidenciados é a relação direta entre violência e disputa territorial.

A expansão de projetos econômicos — legais e ilegais — tende a produzir contextos de instabilidade social, aumento da violência e desestruturação comunitária. Nesses cenários, mulheres, crianças e adolescentes tornam-se os grupos mais vulneráveis.

A ausência ou fragilidade do Estado em regiões estratégicas favorece a atuação de redes criminosas e limita a efetividade das políticas públicas. Ao mesmo tempo, a ameaça e a criminalização de defensores de direitos humanos agravam esse quadro.

A violência, portanto, não é um fenômeno paralelo, mas parte integrante de um modelo de ocupação que produz exclusão, desigualdade e insegurança.

Desafios e caminhos: da denúncia à transformação

O enfrentamento dessas violações exige uma abordagem integrada, que articule:

- Fortalecimento das políticas públicas de proteção
- presença efetiva do Estado nos território
- garantia de direitos territoriais e consulta prévia
- combate às redes criminosas
- valorização do protagonismo comunitário

Ao dar visibilidade a essas violações e articular redes de incidência, a REPAM contribui para tirar essas realidades da invisibilidade e colocá-las no centro do debate público.

Mais do que denunciar, trata-se de afirmar que não há justiça socioambiental sem garantia de direitos humanos — e que a defesa da Amazônia passa, necessariamente, pela proteção da vida, especialmente de





MOBILIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E INCIDÊNCIA: TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO

Se, por um lado, o trimestre evidencia o avanço de pressões sobre os territórios amazônicos, por outro destaca o fortalecimento de ações coletivas de mobilização, resistência e incidência.

As mobilizações indígenas contra a dragagem do rio Tapajós, as manifestações em defesa dos rios, a produção de cartas públicas e as denúncias articuladas entre organizações evidenciam a capacidade dos territórios de responder de forma organizada aos processos de violação de direitos.

Nesse contexto, a atuação da REPAM se consolida como estratégica na articulação dessas iniciativas, conectando diferentes territórios, fortalecendo redes e ampliando a incidência no debate público e nos espaços institucionais.

Campanhas como Amazoniza-te e Eu Voto pela Amazônia ganham centralidade ao ampliar o alcance da comunicação e mobilização, contribuindo para a construção de uma agenda pública que articula conscientização, engajamento social e incidência política.

Além disso, a realização de encontros territoriais, escutas com juventudes e processos formativos reforça o investimento na construção de base social e política, fortalecendo lideranças locais e ampliando a participação de diferentes sujeitos na defesa dos territórios.

Essas ações indicam um movimento que vai além da denúncia, consolidando estratégias de incidência que articulam mobilização social, produção de narrativas e fortalecimento de redes em nível local, nacional e internacional.



CAMPANHAS COMO MOTOR DE MOBILIZAÇÃO DE MULHERES, JUVENTUDES E COMUNIDADES

Ao longo do primeiro trimestre de 2026, as campanhas Amazoniza-te e Eu Voto pela Amazônia se consolidam como os principais instrumentos de mobilização, formação e articulação da REPAM nos territórios, impulsionando o protagonismo de mulheres, juventudes e comunidades tradicionais.

Mais do que iniciativas de comunicação, as campanhas operam como plataformas políticas e pedagógicas, capazes de conectar territórios, fortalecer redes e preparar sujeitos para a incidência no cenário nacional, especialmente diante do ciclo político em curso.

Nesse contexto, as juventudes emergem como um dos principais sujeitos mobilizados. Encontros de escuta, processos formativos e espaços de participação vinculados às campanhas revelam uma estratégia consistente de engajamento juvenil, que avança da sensibilização para a construção de consciência crítica e atuação política. Os jovens passam a ocupar um papel ativo, articulando suas realidades territoriais com pautas como a defesa de direitos, a proteção da Amazônia e a incidência em decisões públicas.

As mulheres também se afirmam como lideranças centrais, articulando ações nos territórios, denunciando violações e fortalecendo redes comunitárias. Sua atuação amplia o alcance das campanhas e reforça a dimensão concreta e territorial das estratégias de mobilização.

Ao mesmo tempo, povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas encontram nas campanhas um espaço de



amplificação de suas vozes, reafirmando seus modos de vida e territórios como elementos centrais no debate público.

Dessa forma, as campanhas da REPAM não apenas comunicam — elas organizam, mobilizam e formam sujeitos políticos, transformando engajamento em ação coletiva e ampliando a capacidade



de incidência dos territórios.

Mais do que iniciativas pontuais, Amazoniza-te e Eu Voto pela Amazônia se consolidam como estratégias estruturantes para a construção de uma agenda política enraizada na realidade amazônica e impulsionada por seus próprios sujeitos.





ARTICULAÇÃO ECLESIAL E INTERNACIONAL: A AMAZÔNIA NO CENTRO DO DEBATE GLOBAL

Em Assembleia realizada na presente data, a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) deliberou pela reeleição da diretoria, reconduzindo os integrantes da presidência para um novo mandato, bem como pela eleição de um novo Conselho Fiscal.

Foram reconduzidos à presidência:

- Presidente: Dom Euaristo Pascoal Spengler
- Vice-Presidente: Dom Pedro Brito Guimarães
- Secretário: Dom Ionilton Lisboa de Oliveira

A reeleição da presidência reafirma a confiança na trajetória institucional construída até o momento, marcada pelo compromisso com a defesa da vida, dos povos e dos territórios amazônicos, em consonância com os princípios da Ecologia Integral.

Na mesma ocasião, foi eleito o novo Conselho Fiscal, reforçando a estrutura de governança e a corresponsabilidade na condução das atividades da REPAM-Brasil.

O Conselho Fiscal passa a ser composto por:

- Dom Adolfo Zon
- Dom Irineu Ramon
- Keila Giffoni
- Sonia Maria Pinheiro de Matos
- Maria Petronila Neto



A REPAM-Brasil reafirma, assim, seu compromisso com a promoção da justiça socioambiental, a escuta dos territórios e o cuidado com a Casa Comum, mantendo sua atuação articuladora e profética na região amazônica.

Os conteúdos analisados evidenciam, de forma consistente, o papel estratégico da Igreja e das articulações internacionais na construção de respostas às múltiplas crises — ambientais, sociais, políticas e econômicas — que atravessam a Amazônia. Nesse contexto, a região deixa de ser tratada apenas como uma questão periférica e passa a se afirmar como um território central no debate global sobre justiça climática, direitos humanos e modelos de desenvolvimento.

A Campanha da Fraternidade 2026, ao trazer o tema da moradia digna, contribui para ampliar e aprofundar esse debate ao estabelecer conexões diretas entre as dimensões social e ambiental. Ao evidenciar as condições de vida nos territórios amazônicos — marcadas por precariedade habitacional, deslocamentos forçados, ausência de políticas públicas e vulnerabilidade socioambiental — a campanha

reforça que a justiça socioambiental não pode ser dissociada da garantia de direitos fundamentais. Trata-se, portanto, de uma abordagem que fortalece a perspectiva da ecologia integral, articulando o cuidado com a Casa Comum às condições concretas de existência das populações.

Nesse cenário, ganha relevância a mensagem do Papa Leão, que reafirma a centralidade da Amazônia para a missão da Igreja e para o futuro do planeta. Ao convocar à conversão ecológica e ao compromisso com os povos e territórios mais vulneráveis, a mensagem reforça uma leitura ética e espiritual da crise socioambiental, ao mesmo tempo em que legitima e impulsiona a atuação das redes eclesiais no território.

Outro marco importante do período é a posse de Dom Leonardo à frente da CEAMA (Conferência Eclesial da Amazônia), que se consolida como um passo significativo no fortalecimento da articulação eclesial na região. Sua liderança reafirma a Igreja como presença comprometida com a escuta, o cuidado e a defesa da





vida, ao mesmo tempo em que contribui para dar maior unidade e consistência às ações desenvolvidas nos diferentes países amazônicos. A CEAMA se afirma, assim, como um espaço estratégico de convergência, capaz de integrar experiências, alinhar prioridades e fortalecer a incidência em nível regional e continental.

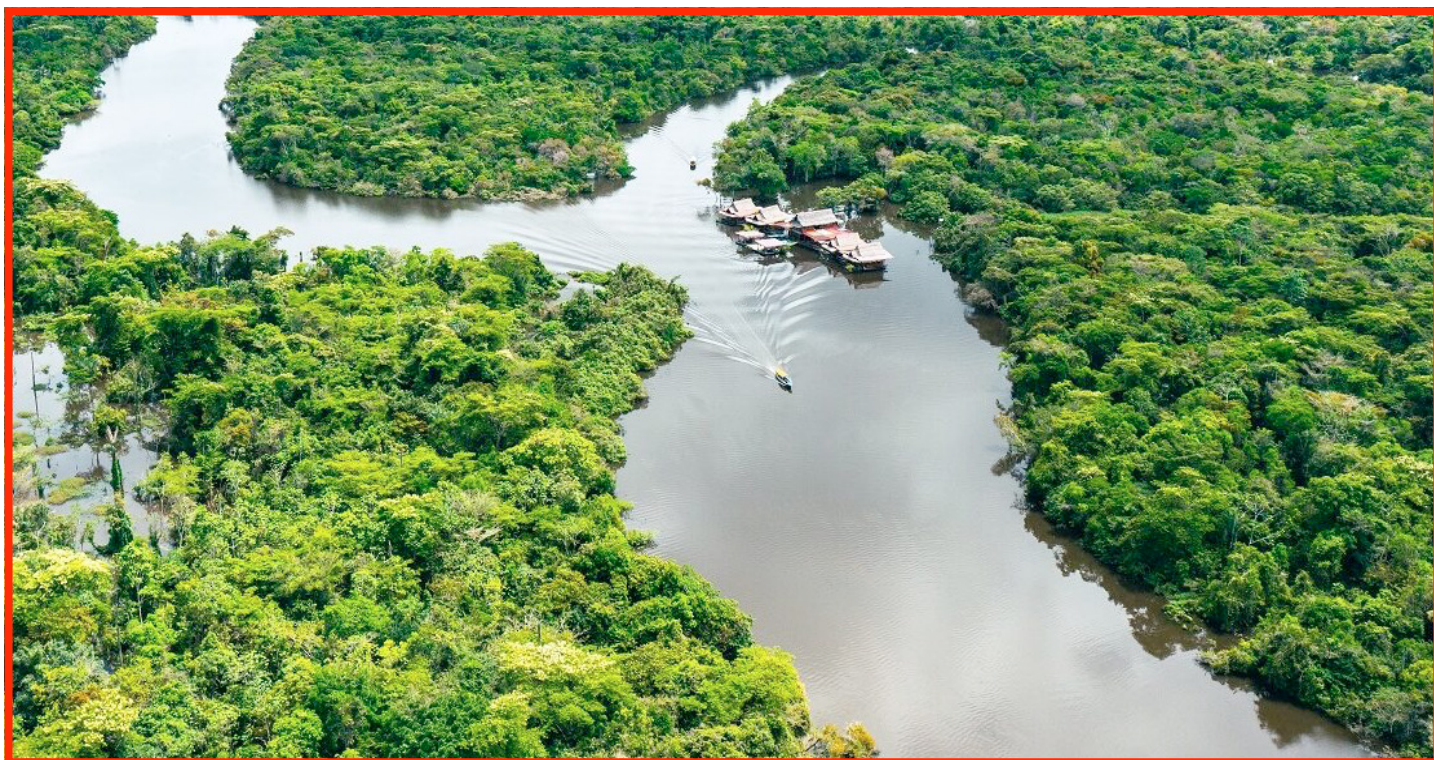
Paralelamente, a participação da REPAM em espaços internacionais — como encontros pós-COP — e a articulação com igrejas, redes e organizações do Sul Global ampliam a inserção da pauta amazônica nas agendas globais. Essa presença contribui não apenas para dar visibilidade às realidades dos territórios, mas também para qualificar o debate internacional, incorporando perspectivas que partem da experiência concreta dos povos amazônicos.

A produção de manifestos, posicionamentos e incidências conjuntas reforça esse movimento ao consoli-

dar uma narrativa que reconhece a Amazônia como estratégica para o equilíbrio climático e para a construção de respostas globais à crise socioambiental. Ao mesmo tempo, essas ações fortalecem a capacidade de incidência política, ao pressionar governos e organismos multilaterais e ao contribuir para a formulação de propostas mais justas e sustentáveis.

Mais do que ampliar visibilidade, essa articulação eclesial e internacional contribui para o fortalecimento de redes globais de solidariedade e cooperação, conectando experiências territoriais a processos internacionais de decisão. Ao integrar o local e o global, essa atuação potencializa a construção de alternativas baseadas na dignidade humana, na justiça socioambiental e no cuidado com a Casa Comum, reafirmando a Amazônia como um território-chave para o presente e o futuro do planeta.





FORTALECIMENTO DA REPAM: GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E INCIDÊNCIA

No plano interno, o trimestre evidencia o fortalecimento da REPAM-Brasil como sujeito de incidência, a partir do avanço de sua governança e do alinhamento estratégico com agendas eclesiais e sociopolíticas na Amazônia.

A realização da Assembleia e o diálogo com a CEAMA para o ciclo 2026–2030 reforçam a capacidade da Rede de atuar de forma articulada, conectando prioridades institucionais aos principais debates sobre justiça socioambiental, direitos e futuro da região.

O avanço dos Grupos de Trabalho contribui para qualificar essa incidência, ao organizar frentes temáticas, sustentar posicionamentos e ampliar a capacidade de articulação da REPAM em diferentes espaços.

As capacitações, encontros e visitas a territórios — como o quilombo do Abacatal — fortalecem uma incidência ancorada na escuta e na realidade concreta, conectando a atuação política da Rede às dinâmicas e demandas dos territórios amazônicos.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro trimestre de 2026 revela um cenário de intensificação das disputas sobre a Amazônia, marcado por um avanço estruturado de projetos de exploração e por um agravamento das violações de direitos.

Ao mesmo tempo, evidencia o fortalecimento das resistências, da articulação em rede e da capacidade de incidência dos povos e organizações.

A REPAM-Brasil se consolida, nesse contexto, como uma rede estratégica, capaz de articular denúncia, mobilização e proposição, contribuindo para a construção de caminhos baseados na justiça socioambiental e na ecologia integral.

A Amazônia, neste período, não aparece apenas como território ameaçado, mas como território vivo, em disputa e em movimento político ativo.



FIQUE POR DENTRO!

Estamos nas redes sociais, nos siga e acompanhe as notícias da REPAM-Brasil

 @repambrasil

 Facebook.com/repambrasil

 @RepamBrasil



EXPEDIENTE

Boletim da REPAM-Brasil

Ano 8 - Edição 12 - abril de 2026

Publicação Digital

Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil

Presidente: Dom Euaristo Pascoal Spengler

Vice-presidente: Dom Pedro Brito Guimarães

Secretário: Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira

Secretária Executiva: Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Ecônomo: Dom Nereudo Freire Henrique

Coordenadora de Projetos: Arlete Gomes

Articuladora: Dorismeire Vasconcelos

Analista Financeira: Denyse Leite

Assistente Administrativo: Átila de Loiola

Assistente de Secretária: Lalyfhe Tavares

Assessor Jurídico e de Incidência Política: Melillo Dinis

Elaboração e Redação: Camila Del Nero

Projeto Gráfico e Diagramação: Raul Benevides

Imagens: Arquivos da REPAM-Brasil

Contato

www.repam.org.br

comunicacao@repam.org.br

(61) 98595-5278

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CAFOD
Catholic Agency for
Overseas Development